

## ECOS COSTUMEIROS: ASPECTOS EM COMUNS DA PRÁTICA CREDITÍCIA ENTRE AS SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME E CAPITALISTA<sup>1</sup>

Carlos Leonardo Kelmer Mathias<sup>2</sup>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Filipe Freitas Caldararo da Costa<sup>3</sup>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** O objetivo do presente artigo consiste em identificar e analisar aspectos característicos da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais de Antigo Regime presentes nas sociedades capitalistas atuais. Parte da hipótese de que algumas “práticas culturais” atinentes às relações creditícias atuais apresentam características da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais. Para tanto, o artigo se vale da análise de 100 entrevistas realizadas com comerciantes residentes no município de Três Rios que atuaram no mercado em algum momento entre a década de 1980 até os dias atuais. Na introdução do artigo, apresenta-se o aporte teórico e a metodologia empregados ao longo do texto. Posteriormente, passa-se à discussão, em viés comparativo, da lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais de Antigo Regime *vis-a-vis* a capitalista, tendo como pano de fundo o debate sobre economia formal e economia substantiva. Posteriormente, o texto empreende uma breve contextualização da história econômica brasileira desde a década de 1970 até os dias atuais com o fito de fornecer a base necessária para a compreensão tanto do cenário no qual alguns entrevistados iniciaram seus negócios, como do quadro econômico atual – contexto no qual foram realizadas as entrevistas e em que muitos entrevistados ainda atuam. A seguir, o artigo realiza a análise dos dados em si, empreendendo o cotejamento da natureza da prática creditícia atual face à das sociedades pré-industrial de Antigo Regime. Por fim, conclui-se argumentando que determinados aspectos da prática creditícia de outrora podem ser encontrados na prática creditícia atual.

**Palavras-chave:** Pré-industrial; capitalismo; crédito.

### CUSTOMS ECOS: COMMON ASPECTS OF THE CREDIT PRACTICE BETWEEN THE OLD REGIME AND CAPITALIST SOCIETIES

**Abstract:** The present article aims to identify and to analyze some aspects characteristics of the logic of functioning of the preindustrial societies of Ancient Regime presents in the current capitalistic societies. It has as hypothesis that some “cultural practices” of credits relations referent to current days have characteristics of the logic of functioning of the preindustrial societies. For so, the article analyses 100 interviews made with merchants of Três Rios that worked in the market in sometime between 1980’s until the presents days. The introduction of the article presents the theoretical approach and the methodology of the text. Then, the article seeks to understand the logic of functioning of both societies through the comparative method. The debate of formal economy and substantive economy is the background for this part. After that, the text contextualizes briefly the Brazilian

---

<sup>1</sup> Por oportuno, urge salientar que o emprego do termo “eco” tenciona trabalhar com a ideia de que há ressonâncias de práticas culturais próprias das sociedades pré-industriais de Antigo Regime nas sociedades capitalistas contemporâneas. Do posto, não estamos a argumentar que essas práticas são preponderantes, ou majoritárias, atualmente. Nos interessa, tão somente, identificar e explicar a permanência daquelas práticas nos dias de hoje.

<sup>2</sup> Email: [clkmathias@uol.com.br](mailto:clkmathias@uol.com.br)

<sup>3</sup> Email: [filipecaldararo@hotmail.com](mailto:filipecaldararo@hotmail.com)

economic history since de 1970's until now with the propose of offers the necessary base for the understanding both the present scenery in which some of interviewees started their jobs and the current economic panorama – context in which the interviews were made and many interviewed still work. Then, the article compares the nature of the credit practices of both present and preindustrial societies. In the end, the text concludes that some aspects of credit practices of preindustrial societies can be found in the credit practices of the current societies.

**Keywords:** Preindustrial; capitalismo; credit.

## Introdução

A concordar com Jörn Rüsen, “toda comparação é feita em um dado contexto cultural, de modo que a cultura é implicada no próprio projeto de comparação”.<sup>4</sup> À vista disso, e tendo em consideração que o corrente artigo encerra um cotejamento entre sociedades deveras dessemelhantes em âmbito de suas práticas culturais, impõem-se uma aproximação mais detida acerca de suas respectivas lógicas de funcionamento. Em realidade, o texto adotará como “parâmetro organizativo” o debate histórico-conceitual próprio à definição de economia segundo as “práticas culturais” coevas. E assim deve ser na medida em que as estratégias de acesso ao crédito, embora caudatárias das características imperativas de ordem econômica atinentes a cada sociedade em dado tempo histórico específico, necessariamente evidenciam valores orientativos de âmbito cultural que, a rigor, atuam dialeticamente com as características econômicas anteriormente aludidas no sentido de ofertar bases palatáveis de comparação diacrônica entre as sociedades ora analisadas.

Tendo o presente exposto, Rüsen defende que, ao abrigo da ponderação segundo a qual qualquer “comparação precisa de um parâmetro organizativo”, *a priori* importa sabermos “que campo de coisas deve ser levado em consideração e de que maneira as descobertas nesse campo devem ser comparadas”.<sup>5</sup> Assim posto, ao selecionarmos o debate histórico-conceitual respeitante à definição de economia como o “parâmetro organizativo” de nossa base comparativa, urge estabelecermos o “campo de coisas” a ser considerado, assim como os meios pelos quais as descobertas inerentes a ele serão, aqui, comparadas. A bem dizer, não poderia ser outro, senão a natureza das relações creditícias, o “campo de coisas” a

---

<sup>4</sup> RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 116.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

ser erigido como foco de estudo. Em que pese a amplitude do debate acerca do tema, ao envidarmos esforços no sentido de examinarmos e de compararmos a natureza das relações creditícias nas sociedades de Antigo Regime e capitalista, acreditamos ser possível compreendermos os caminhos através dos quais determinadas práticas basilares das sociedades pré-industriais fazem-se sentir atualmente.

No que tange às formas de comparação passíveis de serem aferidas a partir das relações creditícias, admitimos como melhor instrumental para tanto a identificação das principais instituições às quais os indivíduos se voltavam no momento de buscarem, por um motivo ou por outro, o acesso ao crédito. Do posto, resultou claro que família e banco encerravam os espaços precípuos de fomento nas sociedades de Antigo Regime e capitalista, respectivamente. A conclusão que se impõe, e que interessa extrair, sugere que a forma mais eficiente de maximizarmos o potencial comparativo das relações creditícias como instrumental heurístico de acesso às continuidades e às transformações observáveis nas sociedades em questão repousa na identificação do peso que família e banco exercem, e exerceram, nas estratégias adotadas pelos indivíduos quando intentaram obter crédito tanto na época moderna, como na atual.

Entendemos que o arquétipo exposto está em diapásão com o exercício normativo concernente ao *modus operandi* do modelo comparativo consoante Jörn Rüsen. Para o autor, semelhante arquétipo tem por fito não apenas “definir” o espaço no qual o objeto sob escrutínio deve ser comparado, mas, sobretudo, ele deve fornecer uma via por intermédio da qual a “‘historiografia’ ou o ‘pensamento histórico’, como matéria de comparação, entra em foco”.<sup>6</sup> No referente ao corrente artigo, partimos da premissa de que ao elegermos as relações de crédito como epicentro de comparação entre as sociedades aqui arroladas, tem-se, pois, no debate histórico-conceitual sobre a natureza das práticas econômicas afins àquelas sociedades, a estrutura ótima por meio da qual poderemos empreender a comparação quer da historiografia, quer do pensamento histórico, próprios ao tema em discussão.

---

<sup>6</sup> Ibidem. p. 118-119.

Avançando, segundo Rüsen a “estrutura de uma comparação intelectual” necessariamente “depende das circunstâncias dentro das quais a consciência histórica trabalha”, devendo-se “observar a prática cultural por meio da qual a consciência histórica é exercida como um processo de comunicação, como um elemento de vida social”. Assim posto, trabalharemos a contextualização temporal das práticas culturais de cada sociedade com o intuito de acessarmos a essência das orientações valorativas<sup>7</sup> de ordem econômica que regiam os processos cognitivos a partir dos quais os indivíduos estabeleciam, e/ou estabelecem, suas estratégias de acesso ao crédito em cada sociedade. Cumpre observar que não foge ao nosso horizonte a percepção de que tais orientações são caudatárias das “circunstâncias” no interior das quais a “consciência histórica” opera. Logo, a análise da natureza das relações de crédito à luz do debate histórico-conceitual da noção de economia concernente às sociedades em apreço – tendo por objeto mais estrito de estudo o peso que família e banco exerceram nas estratégias aludidas – concorre para assegurar bases teórico-metodológicas sólidas para o escopo do corrente artigo. Em tempo, o presente texto não poderá prescindir de “observar os próprios processos mentais por meio dos quais uma reminiscência interpretativa do passado ganha a qualidade específica daquilo que nós chamamos ‘história’”.<sup>8</sup>

### **Acerca das sociedades pré-industriais**

Nas sociedades ditas pré-industriais, ou seja, naquelas em que suas lógicas de funcionamento não eram regidas pelas forças inerentes ao mercado com sua assumpção formal de economia engendrada a partir das transformações históricas que tiveram vez no decurso do século XIX, a natureza das relações humanas gozava de um cariz de reciprocidade social cuja substância indicava os principais valores regentes de tais sociedades. Nesses termos, questões próprias a campos como o religioso, o mágico,<sup>9</sup> o político, o familiar e, fundamentalmente, o da sobrevivência concorriam para fornecer os recursos e as orientações valorativas que perpassavam o processo de tomada de decisão dos indivíduos. Mais de perto, o

---

<sup>7</sup> Acerca da noção de orientações valorativas conferir BARTH, Fredrik. **Process and social life**. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

<sup>8</sup> Ibidem (sublinhado do autor).

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

estudo da matéria constitutiva da natureza antropológica da economia faculta o acesso mais direto às práticas culturais de época que, em última instância, pavimentam o caminho de compreensão das estratégias de acesso ao crédito, foco de nosso escrutínio. Segundo Polanyi:

O principal obstáculo ao estudo da origem das transações econômicas nos primórdios é a dificuldade de identificar o processo econômico em situações em que nem sua unidade, nem sua coerência, estavam salvaguardadas por instituições especificamente econômicas. Nas sociedades primitivas, o processo econômico se relacionava especificamente com o grupo familiar, o Estado, a magia e a religião. Esses domínios também geravam o sistema de *status*, dos quais as transações econômicas tenderam a se ‘desprender’.<sup>10</sup>

Dito de outra forma, nas sociedades pré-industriais as relações econômicas não respondiam às forças de mercado, ou seja, não respondiam à perene busca por lucro, à suposta lei de oferta e procura, à noção segundo a qual economia resume-se ao melhor gerenciamento possível de recursos escassos.<sup>11</sup> Na medida em que a reiteração temporal das sociedades inevitavelmente converge para a habilidade humana de sobreviver aos óbices impostos pelas mesmas, estamos a tratar, pois, do problema geral da subsistência do indivíduo. Consoante Polanyi, a principal dificuldade para se apreender tal problema repousa no “modo de pensar personificado na mentalidade de mercado”. Noutros termos, esse problema repousa na tentativa de imputar, atemporalmente, a natureza de uma economia de mercado nas estratégias de ação dos sujeitos (nas palavras do autor: “o erro consistiu em igualar a economia humana em geral com sua forma de mercado”)<sup>12</sup>. Com meridiana clareza, Maurice Godelier acessa o cerne da questão.

Admitindo, nas sociedades pré-industriais, o econômico enquanto uma esfera concomitantemente interior e exterior às demais estruturas da vida social, temos o paradigma ideal de acesso à origem e ao fundamento “das diferentes

---

<sup>10</sup> POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 107.

<sup>11</sup> Segundo Polanyi, o conceito de economia “nasceu com os fisiocratas franceses simultaneamente à emergência da instituição do mercado como mecanismo de oferta-procura-preço”. Ibidem. p. 48.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 47. De acordo com Polanyi, para se criar a economia característica de um mercado com a conotação verificada no século XIX foram necessários: a) penetração do comércio exterior nos mercados locais, transformando-os de mercados estritamente controlados em uma flutuação mais ou menos livre de preços; b) tais mercados passaram a apresentar “preços flutuantes para os fatores de produção, o trabalho e a terra”; c) com o tempo, os salários, a alimentação, a renda etc. iniciaram um processo de interdependência. Ibidem. p. 49.

significações que adquirem as trocas, os investimentos, a moeda, o consumo, etc.”,<sup>13</sup> e, por que não dizer, o crédito, donde se afere o caráter orgânico dos sistemas econômicos. Nas palavras de Godelier:

Desde que não se reduza a significação e a função de um serviço a seu aspecto econômico, ou se deduza essa significação e essa função desse aspecto, o econômico pode ser definido – sem risco de tautologia – como a produção, a repartição e o consumo de bens e serviços (...) O econômico se apresenta, portanto, como um campo particular de relações sociais ao mesmo tempo exterior aos outros elementos da vida social e interior, isto é, como a parte de um todo que seria ao mesmo tempo interior e exterior às outras partes, como a parte de um todo orgânico.<sup>14</sup>

Do anteriormente exposto, cumpre observar o caráter atemporal que confere substância às conclusões passíveis de serem aferidas no parágrafo em questão. Entendemos que, mais do que uma sugestão de ordem analítica, a não redução da conceituação de serviço ao caráter econômico mais estrito do termo se impõe como uma ferramenta pétrea da análise comparativa entre sociedades cronologicamente distantes. A ideia de serviço, tanto nas sociedades pré-industriais, como nas sociedades capitalistas, sugere, antes de uma relação obrigatoriamente pecuniária, uma relação prévia entre atores sociais. Dito de outra forma, a prestação de um serviço evoca uma relação entre indivíduos pautada, em essência, pela lógica da reciprocidade social. Importa pôr a descoberto que, nesse ponto, repousa a atemporalidade ressaltada na prestação de um serviço. Para que bem se entenda, nas sociedades pré-industriais a natureza dessa prestação respondia à maximização ou do *status*, ou das condições de sobrevivência física/social dos sujeitos. Por seu turno, nas sociedades capitalistas, a natureza dessa prestação é pecuniária – haja visto que a reiteração das mesmas é caudatária da venda, no mercado, da força de trabalho dos indivíduos – o que, a rigor, concorre para a mesma sobrevivência quer de *status*, quer das condições físicas/sociais dos sujeitos. Resulta claramente que o arquétipo é o mesmo, o que muda é o seu conteúdo.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade econômica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969. p. 331.

<sup>14</sup> *Ibidem*. p. 319

<sup>15</sup> Ressalvamos que, em ambas as sociedades, as relações creditícias podem ser definidas como uma prestação de serviço, a isto voltaremos.

À vista disso, atentemo-nos para a organicidade que o termo economia adquire a partir do enfoque discutido. Assumindo o econômico com “um campo particular de relações sociais ao mesmo tempo exterior aos outros elementos da vida social e interior” a eles, toda ação social interage, dialeticamente, com os valores orientativos de cada sociedade. E assim o faz porque ao estabelecer uma estratégia de ação, o indivíduo pondera suas perspectivas de sucesso conjugando aquilo que lhe é externo com aquilo que lhe é interno, em um contínuo processo de valoração “dos elementos da vida social” consubstanciados na “prática cultural” de cada sociedade. Dentre os vários campos constitutivos da vida social, a produção, a repartição e o consumo de bens e serviços, ao concorrerem para a definição de economia nos moldes propostos por Godelier, facultam o aceso a determinadas matizes sociais que servem de parâmetros valorativos dos indivíduos no momento de estabelecerem suas estratégias de ação. Ao abrigo do fato de ser cediço o entendimento de que as relações creditícias incorporam o campo do econômico, compreendemos que tais relações, outrossim, conferem forma aos campos da produção, da repartição e do consumo de bens e serviços subsumidos à organicidade de cada sociedade.<sup>16</sup>

Do posto, depreende-se que a análise das estratégias de ação dos indivíduos não pode prescindir da discussão acerca da racionalidade dos mesmos. Segundo Fredrik Barth, um comportamento racional denota o estabelecimento de uma estratégia a partir dos recursos e das orientações valorativas de cada um com vistas à obtenção de dado objetivo. Nesse processo, o sujeito compreende que os custos atinentes àquilo a ser ganhado são inferiores aos custos de não intentar fazê-lo. Naturalmente, para efetuar semelhante cotejamento, o ator social lança mão de seus valores, ou seja, da compreensão que ele possui acerca das “práticas culturais” da sociedade à qual pertence.<sup>17</sup> Assim sendo, suas estratégias de ação

---

<sup>16</sup> Segundo Godelier: “Se o que se produz, reparte e consume depende da natureza e da hierarquia das necessidades de uma sociedade, a atividade econômica está ligada organicamente às outras atividades políticas, religiosas, culturais e familiares que compõem com ela o conteúdo da vida dessas sociedades e as quais fornecem os meios materiais de se realizarem” (grifos do autor). *Ibidem*. p. 327.

<sup>17</sup> BARTH, Fredrik. *Op. Cit. passim*. De acordo com Godelier, “em todas as sociedades, indivíduos e grupos procuram maximizar fins determinados cujo conteúdo e hierarquia exprimem a dominância de certas relações sociais sobre as outras e se encontram baseadas na própria estrutura de cada tipo de sociedade (...) Analisar as razões de ser deste lugar central de uma estrutura em relação às

encerram um historicismo que, a rigor, permite a diferenciação, no tempo, dos diversos tipos de estratégias, de valores, e de objetivos a serem alcançados. No que toca aos interesses do corrente artigo, impõe-se pensarmos racionalidade à luz tanto das sociedades pré-industriais, como das capitalistas.<sup>18</sup>

Em toda e qualquer sociedade, a racionalidade humana converge, direta ou indiretamente, para objetivos que, no mínimo, tangenciam a questão da subsistência. Para que bem se entenda, a definição de subsistência aqui adotada não se restringe ao mero aspecto da reiteração/manutenção física do indivíduo ao longo dos anos. Em adição, tratar-se-ia, igualmente, da reiteração/manutenção social do sujeito. Nas sociedades pré-industriais, a morte social punha em perspectiva a sobrevivência em si.<sup>19</sup> A título de amostragem, caso um comerciante faltasse com sua palavra, ele enfrentaria um sem número de óbices em sua praça mercantil podendo, inclusive, se ver impossibilitado de exercer a mercancia, pois seus pares dificilmente aceitariam lhe estender crédito ou afiançar suas letras de câmbio, por exemplo. Nesse sentido, faltar com a palavra implicava em faltar com a honra, ou seja, a morte social. O ponto em tela informa que várias das estratégias de ação de um homem de negócio, malgrado orientadas para a realização das melhores e mais rentáveis atividades mercantis, em essência concorriam para a reiteração/manutenção de sua subsistência, social e física (uma vez que a segunda era caudatária da primeira – donde a ampliação do termo subsistência aqui empregado).<sup>20</sup>

No que toca às sociedades pré-industriais, o significado substantivo do termo econômico evoca uma condição social na qual não era facultado ao indivíduo a sobrevivência sem um meio físico que o sustentasse. Dito de outra forma, o homem dependia da natureza e de seus semelhantes para sobreviver. Nesse tipo

---

outras é ir de encontro à descoberta de uma ‘racionalidade social’ da qual a racionalidade econômica não é senão um aspecto”. GODELIER, Maurice. Op. Cit., p. 32-33.

<sup>18</sup> Em tempo, “para compreender a racionalidade do comportamento econômico dos indivíduos é preciso que seja conhecida a estrutura do sistema econômico e social dentro da qual eles agem”, e não o inverso. GODELIER, Maurice. Op. Cit., p. 39.

<sup>19</sup> Conferir, por exemplo, LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>20</sup> Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).

de sociedade, “estudar a subsistência humana é estudar a economia nesse sentido substantivo do termo”.<sup>21</sup> Em detalhe, numa a economia substantiva a acumulação de riqueza não era sinônimo de acumulação de bens pecuniários com alto valor de troca, mas, antes, a reunião de bens, materiais ou imateriais, essenciais à subsistência. Posteriormente, tais bens poderiam ser convertidos em mercês, instrumentos de trocas recíprocas, meios de pagamento e, para o que nos interessa, de crédito. Todo esse mecanismo atuava no sentido de erigir um mercado cuja natureza em absoluto respondia ao primado da busca pelo lucro, e sim respondia ao caráter basilar da busca pela subsistência.

Estudando a sociedade de Santena, localizada no Piemonte, norte da Itália, em finais do século XVII, Giovanni Levi nos brinda com uma magistral aplicação da ideia de economia substantiva a partir da análise das estratégias de sobrevivência empregadas por seus moradores face às recorrentes situações de crise no decurso de suas vidas. A concordar com o autor, nesses momentos de incerteza, os indivíduos se valiam de suas relações sociais previamente estabelecidas quer fossem elas de parentesco, quer de amizade, quer de vizinhança ou mesmo quer de solidariedade. Antes da busca pela riqueza material em si, importava firmar laços de solidariedade capazes de afiançar a ajuda mútua nos momentos de necessidade. Nas palavras de Levi: “a melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência”.<sup>22</sup> Exemplo emblemático repousa no estudo do mercado de terras dessa localidade que, em essência, traz à baila relações de crédito – tanto econômico, como social.

Valendo-se de um olhar de cariz micro frente ao tema mormente observado por intermédio de uma escala macroeconômica, Levi se debruçou sobre centenas de escrituras de compra e venda de terras firmadas pelos piemonteses quase sempre diante de uma situação de crise familiar. Conforme o autor, a razão primordial que induzia uma pessoa a transacionar um lote de terra repousava na fulcral, e determinante, necessidade de salvaguardar quer sua sobrevivência física, quer social. Não vem a pelo empreendermos uma pormenorizada discussão

---

<sup>21</sup> POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 63-64.

<sup>22</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit., p. 105.

concernente a esses motivos. O ponto em tela consiste em destacarmos duas questões, a saber: a) salvo situações de crise aguda, dificilmente um camponês tinha ânimo de vender sua terra, pois isso significava abrir mão daquilo que lhe facultava a própria sobrevivência e b) ao abrigo da consideração prévia, a racionalidade vigente no momento de determinar o preço a ser pago pela terra informa uma matriz de pensamento à primeira vista destituída de coerência, pois o padrão verificado pelo autor revelou que os preços mais altos eram pagos pelos parentes, os preços médios pagos pelos vizinhos e, finalmente, os preços mais baixos eram pagos por estranhos.<sup>23</sup>

A concordar com o autor, três seriam as hipóteses explicativas para semelhante comportamento atinente à conformação dos preços, quais sejam: a) na medida em que os mesmos responderiam “às condições da situação social concreta” – e não somente ao “jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos” –, b) eles “não tinham o mesmo significado para todos os membros da comunidade”, variando consoante “a posição dos contratantes na escala da riqueza e do *status* (sublinhado do autor)”, c) evidenciando, dessa forma, que os preços eram acordados a partir da “contratação pessoal entre comprador e vendedor” *vis-a-vis* “o contexto das relações no qual se estabelecia a transação” – “e não pela concorrência entre compradores e vendedores anônimos”. Ao anterior exposto, importa ressaltar que “sob o aparente mecanismo de mercado que preside esta grande quantidade de transações com terras se esconde o problema geral dos recursos, do poder, da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção da transformação das relações e dos valores sociais existentes”.<sup>24</sup>

Em se tratando de uma sociedade na qual sua reiteração temporal prestava homenagens ao sabor da natureza e das condições climáticas (des)favoráveis ao melhor cultivo da terra, encerrava *conditio sine qua non* da sobrevivência física dos indivíduos a substância das suas relações sociais, haja vista que no mercado anteriormente descrito “o que se apresentava em toda sua importância era o peso das relações sociais nas transações econômicas e o sistema de relações interpessoais, e não o funcionamento concreto destas transições como base da

---

<sup>23</sup> Idem, capítulo 3.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 147-149.

dinâmica social da cidade”.<sup>25</sup> Ao que precede, cabe acrescentar que, em conformidade com as “práticas culturais” coevas, quando, no decurso de sua vida, um desafortunado indivíduo restava ao capricho de uma série de sucessivas crises familiares (períodos de más colheitas, falecimento de parentes próximos e produtivos, doenças etc.), seus parentes em melhores condições eram instados a lhe prestar uma séria de auxílios no sentido de mitigar (ou findar) suas agruras – o que, a rigor, evoca relações creditícias que eram, simultaneamente, econômicas e sociais.<sup>26</sup>

Contudo, em caso de o socorrido não ter condições de retribuir equitativamente a ajuda (crédito) recebida, e tendo em conta que tal sociedade era regida pela lógica da reciprocidade, esse sujeito firmava em cartório um contrato “fictício” de venda de suas terras para seu parente a um preço artificialmente elevado com vistas à plena quitação de seus haveres para com esse parente que, por seu turno, poderia ou não permitir ao devedor continuar a cultivar a terra, com que então se tem a explicação do porquê de os preços mais altos terem sido aqueles pagos por parentes.<sup>27</sup> Tendo em seu cerne a proposição que acabamos de sumariar, cremos restar nítida a natureza de uma economia de cariz substantivo consoante proposição de Karl Polanyi.

À guisa de diferenciação da economia substantiva das sociedades pré-industriais, a acepção formal do termo econômico imanente às sociedades capitalistas responde à urgência da racionalização voltada para a maximização do gerenciamento ótimo de recursos escassos. Com o advento da revolução industrial e a conseqüente reordenação na lógica de funcionamento da sociedade britânica oitocentista, a ideia de racional deixou de ser signo de estratégias sociais voltadas para a maximização da sobrevivência física e/ou social em face do caráter substantivo da economia de época tal qual passível de ser observado em Giovanni

---

<sup>25</sup> Ibidem. p. 48.

<sup>26</sup> Ibidem. cap. 3.

<sup>27</sup> Idem, cap. 3. De passagem, segundo Giovanni Levi, a impessoalidade do mercado é caracterizada pelo como se compra, e não de quem se compra (sublinhados nossos). Idem. p. 151. Conforme será argumentado no decorrer do artigo, *mutatis mutandis*, o mesmo raciocínio aventado pelo autor para o mercado de terras de Santena para finais do século XVII pode ser aplicado para melhor se compreender as estratégias elencadas pelos indivíduos de Areal e de Três Rios (Rio de Janeiro) no momento de buscarem obter crédito para o financiamento de seus negócios no decurso das primeiras décadas do século XXI.

Levi, e passou a evidenciar, no que concerne aos fins, “uma escala utilitarista de valores” e, no tocante aos meios, “uma escala, supostamente científica, de renda”, redundando na premissa de se obter renda consoante uma escala utilitarista de valor que, ao final e ao cabo, redireciona o indivíduo para a perene necessidade de consumir. Toca lembrar sobre a matéria que, à luz do fato segundo o qual “a variante econômica do racionalismo introduz o elemento escassez em todas as relações meios-fins”,<sup>28</sup> a interação do indivíduo tanto com os recursos naturais, como com outros indivíduos, reorienta a essência das relações produtivas e das relações sociais para a instrumentalização da busca pelo lucro como meio de finalidade última do exercício do consumo de bens, serviços e mercadorias, entronizando, dessa forma, a instituição “economia de mercado”.

Em realidade, a entronização do significado “formal” de economia em detrimento do “substantivo” engendrou as condições ótimas para a minimização da busca primeira pela satisfação das necessidades materiais relativas à sobrevivência e para a maximização de “práticas culturais” orientadas para usos racionais de meios escassos.<sup>29</sup> Partiu-se da premissa de que seria possível a completa supressão dos “ingredientes substantivos” próprios à atividade econômica, limitando-os “aos elementos formais da escolha e da escassez, os únicos considerados importantes”. No que toca ao processo histórico atinente à metamorfose anterior, importa pôr a descoberto que “o passo crucial foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, como se tivessem sido produzidos para venda” e, dessa forma, absorvidos pelo mercado, pois disponíveis para serem comprados e vendidos livremente. *Ipsa facto*, a força de trabalho foi precificada como salário, assim como a terra foi precificada como renda,<sup>30</sup> donde:

o verdadeiro alcance desse passo pode ser estimado se lembramos que trabalho é apenas outro nome para o ser humano, e terra, outro nome para natureza. A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por suas próprias leis.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 56-57. Segundo o autor, o significado formal do termo econômico “provém do caráter lógico da relação meios-fins, como economizar ou conseguir algo a baixo preço, desse significado provém a definição de economia pela escassez”. Op. Cit., p. 63.

<sup>29</sup> Conforme Karl Polanyi, o termo formal “é subjacente ao verbo maximizar (...) ‘obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe’”. Op. Cit., p. 64.

<sup>30</sup> Ibidem. p. 53 (grifos do autor).

<sup>31</sup> Ibidem. p. 53-54.

Em consideração ao que precede, cabe observar que as condições históricas instrumentalizadoras da transformação em foco respondem ao processo de gestação da Revolução Industrial inglesa, cujo albor teve vez em finais do século XVIII. Até então, a mera existência de “elementos de mercado” não era signo da presença de uma “economia de mercado”.<sup>32</sup> De toda sorte, com o advento da Revolução Industrial, a vida material e a reprodução social passaram a ser medidas pelo mercado, impelindo o indivíduo a vender sua força de trabalho por um salário, ou seja, propelindo-o a tomar efetiva parte nas relações de mercado como via de salvaguardar sua sobrevivência – mais de perto, “as relações sociais entre as pessoas assemelham-se a relações entre coisas”, donde o “fetichismo da mercadoria” consoante Karl Marx.<sup>33</sup>

Segundo Ellen Wood, “o capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de trocas lucrativas; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria a venda no mercado”. Nesse cenário, a completa dependência dos indivíduos face ao mercado entroniza a constante busca pela majoração do lucro como “regra fundamental da vida”. Em boa verdade, a totalidade produtiva da atividade humana – bens, serviços, crédito etc. – subordina-se “à produção do capital e do lucro capitalista”, sendo que o *télos* primeiro do sistema capitalista repousa na “produção e auto-expansão do capital”. Na medida em que o arquétipo exposto se difunde pela totalidade social, passa-se a pressuposição da “existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro”<sup>34</sup>

Antes de passarmos a uma lacônica historização da economia brasileira desde a década de 1970, não podemos prescindir de apresentarmos alguns

---

<sup>32</sup> Por “elementos de mercado”, entenda-se: “um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências”. Quando esses elementos criam um mecanismo de oferta-procura-preço, temos um mercado formador de preço. Caso contrário, se os demandantes e os ofertantes trocam por meio de equivalências, temos um mercado não formador de preço. Fora desses casos, não temos um mercado, “mas apenas várias combinações dos elementos de mercado presentes em uma situação de troca”. Ibidem. p. 186-187.

<sup>33</sup> WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 16. Acerca da noção de “fetichismo da mercadoria”, conf. MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 92-106.

<sup>34</sup> WOOD, Ellen. Op. Cit., p. 12-13. Naturalmente, o debate teórico acerca da conceptualização do sistema capitalista é por demais extenso para as pretensões do corrente artigo. Aqui, intenta-se tão somente apresentar aspectos dessemelhantes face à lógica de funcionamento das sociedades pré-industriais.

apontamentos finais no que toca ao abandono conceitual do carácter “substantivo” da economia em favor do “formal”. Para Karl Polanyi, encerra uma falácia o entendimento segundo o qual o advento da Revolução Industrial e a conseqüente implementação do sistema capitalista colapsaram totalmente o cariz substantivo da economia. Segundo o autor:

o aspecto físico das necessidades do homem faz parte da condição humana; **não pode existir sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva** (...) reduzir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana.<sup>35</sup>

Denota-se que o processo histórico que balizou a passagem de uma sociedade pré-industrial para uma sociedade industrializada não obliterou certos aspectos imanentes a uma economia do tipo substantiva. Ao tomarmos o debate histórico-conceitual da definição de economia como nosso “parâmetro organizativo” estruturante da comparação entre ambas as sociedades, cremos ter restado por demais elucidado que as “práticas culturais”, malgrado historicizadas, guardam similaridades passíveis de serem comparadas com vistas à melhor compreensão da ação humana orientada para busca e para a maximização de sua sobrevivência – quer estamos a tratar de uma sociedade pré-industrial, quer capitalista.

### **Sucintos apontamentos acerca da economia brasileira desde a década de 1970<sup>36</sup>**

O período compreendido entre os anos de 1968 e 1973 passou à história sob a alcunha de “milagre brasileiro”. Em essência, tratou-se de um período caracterizado por intenso crescimento econômico, acentuada geração de emprego e evidente recrudescimento do parque industrial brasileiro gerenciado pela forte presença do Estado como fomentador da economia. A rigor, nesse período houve uma retomada e uma complementação da disseminação da produção e do

---

<sup>35</sup> POLANYI, Karl. Op. Cit., p. 48 (negrito nosso e sublinhado do autor).

<sup>36</sup> Tendo vista a importância do chamado “Milagre brasileiro” e do II Plano Nacional de Desenvolvimento para a compreensão do cariz econômico brasileiro nas décadas subsequentes, optamos por iniciarmos esta lacônica contextualização da economia brasileira a partir da década de 1970.

consumo de bens duráveis, cujos inícios datam da implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek.<sup>37</sup> Juntamente com os bens de consumo duráveis, os bens de capital responderam pelo crescimento médio do PIB de 11% e da taxa de investimento de 20% anuais. O cenário de bonança foi completado por uma inflação baixa no período, assim como por uma melhora no balanço de pagamento caudatária dos crescentes superávits primários.<sup>38</sup>

À luz dos efeitos deletérios do primeiro choque do petróleo em 1973 – que exacerbou ainda mais a dependência de financiamento externo por parte do Brasil –, o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento tentou dar seguimento ao crescimento do consumo e do investimento com vistas a postergar o necessário ajustamento macroeconômico então demandado face ao crescimento fomentado pelo milagre brasileiro.<sup>39</sup> No geral, o II PND tinha por fito ampliar a infraestrutura, a base energética via fomento da extração petrolífera e produção de álcool, os meios de telecomunicação, os bens de produção, a base agrícola e as exportações de bens primários, manufaturados e semimanufaturados. Ao longo do governo de Ernesto Geisel, o II PND agravou os desequilíbrios gerados pelo milagre econômico. Não obstante, e em linhas gerais, seus objetivos tenham sido alcançados – ressalva-se que uma parte das dificuldades observadas na década de 1980 prestam homenagem à ousadia do plano e, outra parte, ao ajuste externo

---

<sup>37</sup> A rigor, o Plano de Metas tentou promover a industrialização no Brasil a partir de pesados investimentos públicos e privados, tendo impulsionado um crescimento médio do PIB de 9,26% ao ano. Contudo, ao abrigo de ganhos sociais (aumento da expectativa de vida, queda na mortalidade infantil e no analfabetismo), o plano acabou gerando uma inflação de aproximadamente 24,7% ao ano no final do mandato de Juscelino, sendo que o déficit do governo mais do que dobrou. VILLELA, André. Dos 'anos dourados' de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 47-49. Segundo Francisco Oliveira, com o plano de metas, manteve-se a política de retenção de aumentos salariais e incentivo ao aumento da produtividade, redundando quer em crescimento de lucratividade, quer na acumulação de capital. No cenário desafiador de alta inflacionária, os salários perderam poder aquisitivo, incitando a concentração de renda. Para o autor, o padrão de acumulação observado no Brasil entre os anos de 1950 e 1976 foi iniciado com a adoção do plano de metas, que veio a substituir o modelo desenvolvimentista varguista, cuja acumulação deitava raiz em uma prévia promoção dos bens de produção, cuja função repousava na fundação das bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os setores de bens de produção, de consumo não durável e de consumo durável. OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 76-83.

<sup>38</sup> HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre" econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 82.

<sup>39</sup> BONELLI, Régis. O que causou o crescimento econômico no Brasil? In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 314-316.

perpetrado por João Figueiredo entre 1979 e 1984 para enfrentar o segundo choque do petróleo.<sup>40</sup>

No que tange ao governo Figueiredo, em linhas gerais é possível caracterizá-lo pelo crescimento médio de 80% ao ano seguido de forte inflação e déficit interno e externo entre 1979 e 1980, crescimento dos desequilíbrios fiscais entre 1981 e 1983 muito em função do arrefecimento do crescimento anterior *pari passu* à elevação inflacionária e, por fim, uma curta recuperação econômica em 1984. Já contexto da redemocratização, é possível observar, entre 1985 e 1986, um rápido crescimento do produto agregado que, por seu turno, gerou nova pressão inflacionária a partir de finais de 1986. Para que bem se entenda, a recuperação econômica de meados da década de 1980 pode ser explicada pelos seguintes fatores: o amadurecimento dos investimentos provenientes da industrialização por substituição de importações e da promoção das exportações (ambos caudatários do II PND), a forte desvalorização cambial em 1983, a recessão econômica dos anos anteriores e a recuperação da economia norte-americana por volta de 1985 – com que então o principal problema da economia brasileira repousava na pressão inflacionária. Em adição, o contexto de sobrevalorização cambial observado em 1986 atuou, por um lado, como um fator impulsionador do consumo e, de outro, como um elemento de contração das exportações reais. Entre 1986 e 1989, o país vivenciou desajustes domésticos e uma perene ameaça inflacionária.<sup>41</sup>

Outro ponto que demanda destaque acerca da década de 1980 são os três planos econômicos perpetrados pelo governo de José Sarney, a saber: Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987 e Plano Verão em 1989. A rigor, ao invés de intentarem desindexar a economia (e aqui repousa a maior conquista do Plano

---

<sup>40</sup> HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 100-107. Com o segundo choque do petróleo, o custo de importação dessa *commodity* saltou de US\$4 bilhões em 1980 para US\$10 bilhões em 1982 e o custo da dívida explodiu face ao aumento da taxa de juros nos EUA em 1979 passando de US\$2,7 bilhões em 1978 para US\$9,2 bilhões em 1981. Nesse cenário, a queda no preço de importantes itens da pauta exportadora brasileira concorreu para agravar ainda mais o déficit nacional. Na medida em que as principais economias capitalistas entraram em recessão, o sistema internacional de crédito privado colapsou. O II PND passou a ser visto como um dos principais problemas da economia brasileira, dando vez ao início do processo de esvaziamento do Estado e de seu papel interventor econômico. VILLELA, André. Op. Cit., p. 48-54.

<sup>41</sup> HERMANN, Jennifer. Auge e declínio. In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.), Op. Cit., p. 93-94; BONELLI, Régis. Op. Cit., p. 316-318

Real), os três planos tinham como escopo o congelamento de preços, ou seja, uma espécie de “pacto social” compulsório através do qual preços e salários deixariam de ser reajustados com vistas a contornar o chamado “conflito distributivo”.<sup>42</sup> Afora suas ineficiências em mitigar a inflação, esses planos impulsionaram o crescimento do PIB às espessas de uma considerável deterioração das contas fiscais e externas. No geral, durante a década de 1980 perdeu-se fontes de financiamento de crescimento (fruto da contração de capital a nível internacional a partir da moratória mexicana de 1982) sendo que, malgrado o PIB ter apresentado crescimento desde 1984, as exorbitantes taxas inflacionárias mitigaram quaisquer ganhos mais relevantes e expressivos em termos econômicos e sociais.<sup>43</sup>

A ascensão de Fernando Collor à presidência do Brasil em 1989 marcou o albor da efetiva implementação do programa neoliberal no país. Embora de curta duração, o governo de Collor pode ser caracterizado por dois aspectos de relevo, quais sejam: a) adotou políticas de privatização com escopo de fomentar a competição e a eficiência operacional das companhias brasileiras e, b) tentou reformar tarifas comerciais no setor externo. Com o Plano Nacional de Desestatização, entre 1990 e 1994 foram privatizadas 33 empresas federais,

---

<sup>42</sup> Tratar-se-ia do efeito segundo o qual o aumento de salário engendra um aumento de preços que, por seu turno, leva a um novo aumento de salário, retroalimentando esse ciclo cujo resultando necessariamente origina desequilíbrios econômicos. CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 119-121.

<sup>43</sup> Laconicamente, o Plano Cruzado deu vez a uma expansão exagerada dos meios de pagamento com juros reais negativos que, em meio à recuperação econômica do período, fomentou o consumo de tal sorte que a resultante imediata consistiu no desabastecimento de produtos. Intentando resolver a questão, o governo recorreu à importação, trazendo à baila problemas de logística e infraestrutura nos portos e rodovias. Com o chamado Plano Cruzado II, o governo implementou o gatilho salarial, que consistia em reajustar o salário mínimo toda vez que a inflação ultrapassasse 20%. Todo o cenário convergiu para que, em fevereiro de 1987, o governo decretasse moratória do serviço da dívida externa. Por seu turno, o Plano Bresser tratou de refrear a inflação através do aumento da taxa de juros reais e dos impostos, da eliminação de subsídios concedidos a determinados setores estratégicos da economia e do corte de investimentos. Adotou o congelamento de preços e salários por três meses. A despeito de ter eliminado o gatilho salarial, o plano fracassou na medida em que os comerciantes e os produtores, temendo novo congelamento, reajustaram fortemente seus preços, dando novo fôlego aos problemas respeitantes à questão inflacionária. Por fim, o Plano Verão repetiu o arquétipo do corte de gastos e do congelamento dos preços e dos salários, mas, como se tratava de um ano eleitoral, fracassou em função da não realização dos necessários, porém impopulares, ajustes fiscais. CASTRO, Lavínia. Op. Cit., p. 116-131. Para os períodos de 1981-1983, 1984 e 1985-1989, o PIB se comportou da seguinte maneira, em média: -2,2%, 5,4% e 4,3%, respectivamente. Em termos inflacionários: 129,7%, 223,9% e 471,7%, respectivamente. Cf. HERMANN, Jennifer. Auge e declínio... In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.), Op. Cit., p. 106 e CASTRO, Lavínia. Op. Cit., p. 132 e p. 134

gerando uma arrecadação de U\$8,6 bilhões. Com as reduções tarifárias e a adoção do câmbio livre, as importações brasileiras apresentaram expressivo crescimento no início da década de 1990. Concomitantemente, o lançamento do primeiro Plano Collor impactou fortemente o cenário macroeconômico, pois, em um cenário de abertura econômica, o governo aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Operações Financeiras, suspendeu benefícios fiscais não garantidos pela Constituição, extinguiu autarquias e, de resto, levou a cabo o sequestro da liquidez nacional por um prazo de 18 meses com juros de 6% ao ano em um contexto inflacionário médio de 1.500% ao ano, resultando em uma forte retração econômica.<sup>44</sup> Após o processo de impedimento de Fernando Collor, o período de transição do governo de Itamar Franco para o de Fernando Henrique Cardoso ensaiou uma retomada econômica à luz dos debates e medidas atinentes à implementação do Plano Real.

Em uma perspectiva lacônica, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso pode ser caracterizado por uma política cambial rígida, incremento da dependência de financiamento externo e fortes desequilíbrios fiscais. As externalidades macroeconômicas advindas de semelhante cenário impuseram um sem número de adversidades ao país, concorrendo para mitigar os efeitos benéficos iniciais atinentes ao Plano Real.<sup>45</sup> Com o fito de contornar aquele contexto desafiador, o segundo governo de Fernando Henrique permitiu a flutuação cambial, diminuiu o déficit em conta corrente,<sup>46</sup> e promoveu um forte ajuste fiscal. A resultante das políticas anteriormente arroladas consistiu na

---

<sup>44</sup> CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 146-151.

<sup>45</sup> Na esteira da implementação do Plano Real, o Brasil experimentou uma retomada do crescimento caudatária de uma expressiva elevação da renda (logo, do poder de compra) da população em geral devido ao “término quase que instantâneo da inflação no segundo semestre” de 1994. Em tempo, esta conjuntura favorável conferiu uma resiliência à economia capaz de absorver a crise mexicana de fins do mesmo ano. BONELLI, Regis. Op. Cit., p. 318. Em termos inflacionários, o Plano Real controlou a inflação até 1999, quando houve a desvalorização cambial. Em tempo, tal controle foi resultante da desindexação promovida pela URV, e não do ajuste fiscal propriamente dito. CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação. Op. Cit., p. 154.

<sup>46</sup> Para um debate acerca da adoção da conversão em conta corrente no contexto de desenvolvimento de Bretton Woods, conferir: EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 131-182.

adoção do chamado tripé macroeconômico, ou seja, o estrito respeito às seguintes matérias econômicas: meta inflacionária, câmbio flutuante e superávit fiscal.<sup>47</sup>

Mais de perto, a partir de 1995, e face a um cenário internacional turbulento em vista das crises mexicana e asiática, teve vez no governo uma política econômica orientada para o aumento das reservas cambiais *vis-à-vis* ao arrefecimento do contexto inflacionário. Para tanto, não se pôde prescindir de uma deflação cambial seguida por um aumento na taxa de juros. Nesse ínterim, o retorno da liquidez internacional elevou o apetite dos investidores ao risco, o que favoreceu o fluxo de capital para mercados emergentes, concorrendo para arrefecer as pressões sobre o Plano Real. O ponto a assinalar repousa precisamente na fragilidade do modelo anteriormente exposto, a saber: somente poderia ser sustentado enquanto houvesse margem para ampliação do endividamento externo e público. O Cisne Negro<sup>48</sup> de 1998 com a crise russa impactou diretamente a sustentabilidade da política econômica enunciada, de tal sorte que em finais do mesmo ano o Brasil recorreu ao FMI, contraindo um empréstimo de U\$42 bilhões com a contrapartida da implementação de uma forte política de arrocho fiscal que acompanhou o restante do segundo governo de FHC.<sup>49</sup>

A despeito das desconfianças do mercado acerca da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o albor da década de 2000 foi auspicioso para a economia brasileira. No cenário internacional, a caudal liquidez proveniente da redução da taxa de juros nos EUA – somada à forte demanda chinesa pelas *commodities* necessárias

---

<sup>47</sup> Em termos gerais, a era FHC promoveu, ao abrigo da agenda neoliberal, privatizações, eliminou os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, reorientou as relações do Brasil com o capital estrangeiro, saneou o sistema financeiro, empreendeu a reforma da previdência, renegociou dívidas estaduais, criou a Lei de Responsabilidade Fiscal e agências de regulação de serviços de utilidade pública. GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1<sup>a</sup>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 182-193.

<sup>48</sup> Acerca da noção de Cisne Negro, conferir TALEB, Nicholas. **A lógica do Cisne Negro**. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2017.

<sup>49</sup> GIAMBIAGI, Fábio. Op. Cit., p. 167-182. Segundo Delfin Netto, a valorização do câmbio causou, por um lado, déficits crescentes em conta corrente entre 1995 e 2002 e, por outro, financiou o crescimento do consumo em detrimento do investimento. Logo, o comprometimento dos superávits primários, os juros elevados e a emissão de títulos do Tesouro com cláusulas cambiais favoreceram consideravelmente a elevação da dívida pública de 30% do PIB em 1994 para 56% em 2002. Em tempo, a carga tributária saltou de 27,9% para 34,9% do PIB em igual período. DELFIN NETTO, Antônio. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1<sup>a</sup>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 249.

para alicerçar suas expressivas taxas de crescimento anuais – configurou um cenário ótimo para o desenvolvimento da economia brasileira no período do governo Lula, cujo caris macroeconômico deu eco ao chamado tripé que norteou o período FHC, a saber: câmbio flutuante, regime de metas inflacionárias e perenes superávits fiscais.<sup>50</sup> Nesse cenário, o parque consumidor brasileiro apresentou uma expansão portentosa. Segundo André Biancarelli, com a devida vênia da conjuntura internacional, semelhante crescimento se deveu às políticas de transferência de renda adotadas pelo governo, ao sistema de proteção social, à política de valorização do salário mínimo e, por fim, ao bom comportamento do mercado de trabalho com sucessivas taxas de queda do desemprego. A bem dizer, o fator aglutinante dos pontos anteriormente expostos repousou na expansão do mercado de **crédito** interno.<sup>51</sup>

No decurso do governo Lula, o volume do crédito em âmbito nacional saltou de 26% do PIB em 2002 para 45,2% em 2010. Mais de perto, no que toca ao crédito endereçado à pessoa física, o acréscimo foi da ordem de 9 pontos percentuais (p.p.) do PIB em 2003 para 21 p.p. em 2010, aproximando-se da porcentagem creditícia observada para as empresas (25 p. p. em 2010). Em tempo, o crédito direcionado (rural e habitacional) apresentou ascensão de 2,6 p.p. do PIB entre 2002 e 2010. No geral, a expansão do crédito teve vez em um cenário de depreciação da taxa de juros<sup>52</sup> *pari passu* à maior atuação dos bancos privados como agentes de financiamento. Após 2008, a decisão do governo de se valer dos bancos públicos como instrumento anticíclico de mitigação das externalidades

---

<sup>50</sup> GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: *In: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). Economia brasileira contemporânea*. 2ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 209-211. Segundo o autor, a percepção internacional acerca do papel do Brasil no mundo apresentou uma nítida melhora em função dos seguintes fatores: a) o aumento da importância da economia chinesa; b) a maior demanda, por parte das economias emergentes, de itens dos quais o país era grande produtor; c) as potencialidades atinentes ao etanol e ao pré-sal; d) a escolha do país como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e) a forma através da qual o Brasil gerenciou as externalidades próprias da depressão de 2008 (em linhas gerais, o país não atravessou nenhum contexto inflacionário ou quaisquer problemas em sua balança de pagamento, assim como não experimentou queda no consumo ou no emprego – outrossim, o sistema financeiro restou incólume) GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura. Op. Cit., p. 225-229.

<sup>51</sup> BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 263-288, Jun. 2014. p. 277-279

<sup>52</sup> O alto da curva de juros no período foi de 26,5% ano entre fevereiro e maio de 2003, e o pico mais baixo ocorreu entre setembro de 2009 e março de 2010 com 8,75% ao ano. <https://www.bcb.gov.br/pec/copom/port/taxaselic.asp> Acesso em 05 de novembro de 2018.

atinentes à crise do *subprime* estadunidense oxigenou o mercado consumidor brasileiro ávido por crédito, exortando a trajetória de crescimento da economia capitaneada pela demanda agregada.<sup>53</sup>

Na esteira da crise internacional de 2008, a economia brasileira vivenciou dado nível de deterioração das contas externas fruto da imediata queda no preço das *commodities*, da especulação contra o real e do movimento de saída de dólares do país em busca de investimentos mais conservadores face às recentes turbulências do mercado financeiro internacional. Com o fito de aumentar a liquidez interna, o Banco Central reduziu o compulsório dos pequenos e médios bancos, diminuiu a alíquota adicional que insidia sobre o compulsório de depósitos à vista e liberou o compulsório para compra de bancos menores por bancos mais robustos.<sup>54</sup> Do posto, caso levemos em consideração não apenas o aumento de renda da população como um todo no período em questão, mas igualmente a ascensão de aproximadamente 25 milhões de pessoas da classe D para a classe C, temos o cenário em que o crescimento da economia brasileira prestou contínuas homenagens à demanda consumista desse mercado.<sup>55</sup>

A partir de meados da década de 2010, o cenário internacional vivenciou, em linhas gerais, menor demanda chinesa, depreciação no preço dos *commodities* e recuperação da economia norte-americana – o que iniciou o processo de aumento da taxa de juros pelo FED (Banco Central estadunidense) que, em consequência, retirou liquidez dos países emergentes. Por seu turno, o cenário nacional foi palco de uma piora nas contas públicas caudatária da prolongação excessiva das políticas

---

<sup>53</sup> MORA, Mônica. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, jan., 2015. p. 7-28. Segundo a autora, o governo utilizou o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para implementar a política anticíclica com o escopo de atenuar os efeitos deletérios da crise de 2008 sobre as empresas, efeitos esses maximizados pelas operações de derivativo cambial. Nas palavras da autora: “a atuação do BB, da Caixa e do BNDES evitou uma queda acentuada na oferta de crédito nos segmentos de crédito consignado, aquisição de bens e capital de giro. O governo federal, desse modo, interveio no mercado e sustentou um processo em curso, atenuando os efeitos da crise financeira sobre a econômica real e, assim, amainando o processo natural de deterioração das expectativas, ou seja, ao atuar concretamente por intermédio dos bancos federais, o governo evitou uma desaceleração do crescimento da economia mais intenso”. Ibidem. p. 40 e p. 53.

<sup>54</sup> Ibidem. p. 39-40.

<sup>55</sup> Para André Biancarelli, afora o cenário internacional favorável e as boas condições macroeconômicas, quatro foram os principais determinantes para a formação desse grande mercado consumidor, a saber: a) políticas federais de distribuição de renda; b) a implementação de um sistema de proteção social; c) a contínua política de valorização do salário mínimo e, por fim; d) a sistemática geração de emprego. BIANCARELLI, André. Op. Cit., p. 275-279.

de subsídio e de desonerações fiscais, uma frustração no processo produtivo do pré-sal, um quadro de desestabilidade política, uma curva crescente no desemprego, na inflação e na taxa de juros e, por fim, um decréscimo na curva do PIB. Naturalmente, o país atravessou uma de suas piores crises econômica, política e social com impactos deletérios não apenas para o mercado consumidor em particular, mas outrossim para a própria sociedade brasileira no geral.

### **Apontamentos iniciais acerca do comportamento creditício dos comerciantes do município de Três Rios**

A base empírica que serve às análises do corrente item é composta, no que concerne à sociedade capitalista entrerriense, de 100 entrevistas orais com empreendedores residentes na região. Com vistas a melhor compreendermos suas estratégias *vis-a-vis* as diversas conjunturas econômicas pelas quais o país passou, esses indivíduos foram separados em quatro grupos, a saber: grupo A, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 1980; grupo B, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 1990; grupo C, indivíduos que iniciaram suas atividades a partir da década de 2000; grupo D, indivíduos que faliram com seus negócios. Da documentação coligida, observamos apenas uma ocorrência no grupo A, 13 no grupo B e 81 no grupo C, sendo que 6 incorreram no grupo D.<sup>56</sup> Na medida em que 81% dos entrevistados iniciaram suas atividades na década de 2000, optamos por concentrar nossos esforços de compreensão da oferta de crédito na economia brasileira no referido período, com que então apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1.: Comportamento (%) do crédito no Brasil – (2002- 2010)

	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total
Dez. 2002	9,33	16,68	26,01
Dez. 2003	9,37	15,24	24,61
Dez. 2004	10,51	15,18	25,69
Dez. 2005	12,29	15,98	28,27
Dez. 2006	13,79	17,12	30,92

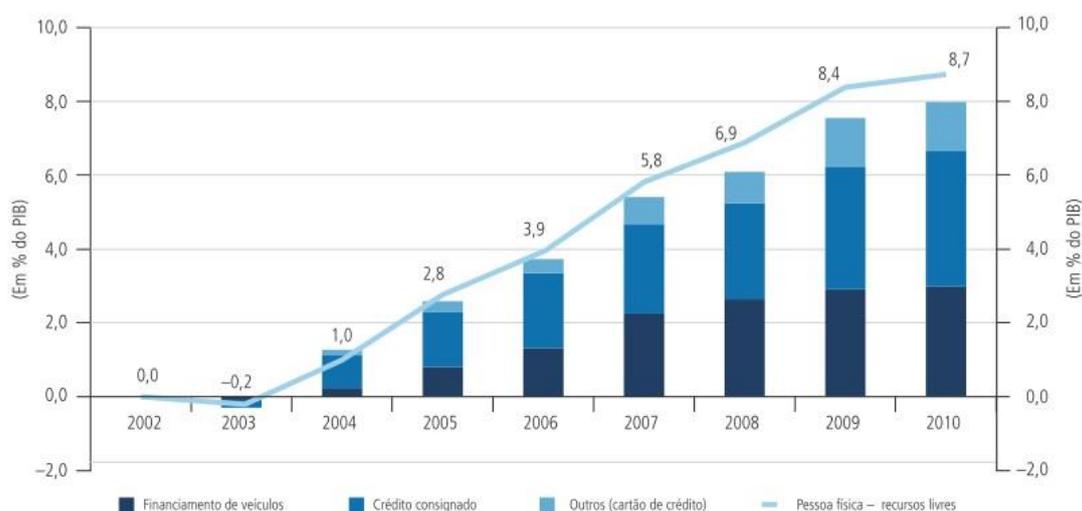
<sup>56</sup> A razão pela qual a soma perfaz 101 entradas ao invés de 100 repousa no fato de que uma pessoa abriu seu primeiro negócio em 1998 e seu segundo negócio em 2015.

Dez. 2007	15,98	19,18	35,17
Dez. 2008	17,56	22,92	40,48
Dez. 2009	19,63	24,03	43,66
Dez. 2010	20,64	24,61	45,25
Taxa de crescimento do período	121,22	47,54	73,97

Fonte: MORA, Mônica. Op. cit., p. 10 (adaptada).

Do exposto, percebe-se que, destarte a participação percentual da pessoa física no total nunca tenha ultrapassado 45%, o crescimento dessa faixa frente à pessoa jurídica foi de 154,98% no período em apreço. *A prima facie*, estamos defronte a uma oferta creditícia fundamentalmente orientada para o consumo, consoante a gráfico 1.

Gráfico 1.: Contribuição ao crescimento do crédito em termos de percentual do PIB



Fonte: BCB – séries temporais.

Fonte: MORA, Mônica. Op. cit., p. 22.

Aqui, importa observar a forte participação percentual do crédito à pessoa física tanto consignado, como recursos livres. Quando correlacionamos os dados anteriores àqueles por nós arrolados, acreditamos não ser de todo despropositado assumirmos que parte desses créditos tenham sido direcionados não para consumo familiar, mas sim para o empreendedorismo local. Mais de perto, dos 27

entrevistados que necessitaram de crédito para a abertura de seus negócios, 81,48% deles iniciaram suas atividades a partir de 2000, ou seja, estamos a lidar com a mesma amostragem dos dados arrolados por Mora. Desses 27, 59,26 % recorreram a instituições financeiras (ou seja, crédito consignado) e 7,41% voltaram-se tanto para essas instituições, como para suas próprias famílias como financiadores de seus negócios. Nessa esteira, compreendemos que a maior oferta de crédito no período impulsionou o empreendedorismo a nível local. A princípio, esse cenário coaduna-se perfeitamente com o que se espera do comportamento empreendedor em uma sociedade capitalista. Vejamos, pois, os dados mais de perto.

Estabelecido o anterior, foi solicitado aos entrevistados que escolhessem se preferiam recorrer aos bancos ou à família para a obtenção dos recursos necessários para iniciar seus respectivos empreendimentos, resultando na seguinte conformação: 66% elencaram bancos e 34% preferiam buscar ajuda financeira junto a seus familiares. Semelhante quadro suscitou o seguinte questionamento: por que se voltar para bancos com maior custo de capital e condições de pagamento mais rigorosas e não para as famílias? A resposta pode ser aventada com base na tabela a seguir:

Tabela 2.: Razão para não recorrer ao crédito familiar<sup>57</sup>

	Falta de recursos	Deve-se apartar família e negócio	Praticidade/segurança	Total
#	17	35	12	64
%	26,56	54,69	18,75	100

**Fonte:** Banco de dados da pesquisa.

Interessante observar que 26,56% dos entrevistados não recorreriam às suas famílias fundamentalmente devido à falta de recursos por parte delas, ou seja, esmiuçando os dados da pesquisa, é possível perceber que dos 100 indivíduos analisados, 53% teriam tentado, caso possível, obter apoio financeiro com suas famílias para darem início a seus empreendimentos. Vige, pois, nítidos ecos costumeiros das sociedades pré-industriais nas práticas culturais da atual sociedade capitalista. Contra uma possível objeção de obviedade de semelhante

<sup>57</sup> Foram arrolados para a confecção da tabela 16 indivíduos que necessitaram de crédito e não recorreram às suas famílias e 48 indivíduos que não necessitaram de crédito e que, caso tivessem necessitado, não teriam buscado financiamento junto de suas famílias.

comportamento (afinal, nada mais natural do que se refugiar na segurança familiar aliada à, quase certa, ausência de cobrança de juros frente ao principal da dívida – sem contar as condições mais favoráveis de pagamento), temos que 47% dos entrevistados ou prefeririam pagar juros a misturar família com seus negócios, ou considerariam mais prático/seguro recorrer a bancos do que às suas famílias, denotando que, não raro, família adquire cariz de insegurança, “burocracia” informal e toda sorte de pressões sociais atinentes ao fato de ser devedor a um parente. De toda sorte, esses dados merecem uma análise mais apurada.

Não cabe dúvida que o apoio creditício familiar desempenhou um papel fulcral na estratégia econômica dos entrevistados. Em uma sociedade capitalista, mormente a atividade de empreendedorismo está associada à busca por financiamentos das instituições bancárias. Conforme avançado, no decurso da década de 2000, essas instituições atuaram fortemente no fomento do mercado creditício. Porém, a documentação coligida nos fez saber que, quando reduzimos um pouco a escala de observação, nos deparamos com uma sociedade muito mais vívida e muito mais plural, pois chegamos àquelas pessoas à margem dos dados oficiais. Tratam-se de indivíduos cujos valores e práticas culturais estão fortemente assentados em bases de reciprocidade, de convívio familiar, ou seja, em bases de uma sociedade pré-industrial de Antigo Regime.

Nesse nível, 34% dos entrevistados apresentaram um comportamento que dialoga com uma lógica de funcionamento deveras inesperada em um sistema dito capitalista. Caso consideremos aqueles que não puderam recorrer às suas famílias por questão de falta de recursos financeiros, o percentual de 53% de indivíduos cuja preferência por darem início aos seus negócios o foi por intermédio do crédito familiar ganha contornos expressivos. Todavia, não se pode entronizar a questão financeira e coadjuvar a relacional. Advogamos que, à semelhança das sociedades pré-Revolução Industrial, a família (ainda) possui robusta ascendência na conformação da prática cultural dos indivíduos. Dito de outra forma, os laços de reciprocidade familiares atuam no sentido de conferir sentimentos afeitos a obrigação social, satisfação social, reconhecimento social etc. Sentimentos esses que, quando medidos à frieza dos valores capitalistas, acabaram por pesar no

cálculo econômicos dos entrevistados, levando-os a preferirem o crédito institucional em favor do recrudescimento dos laços familiares.

Entendemos que a complexidade própria a essa matéria é caudatária do fato segundo o qual a presente sociedade capitalista possui uma história, ou seja, um passado. Passado esse que presta homenagens a uma sociedade pré-industrial com valores calcados na perene busca por segurança junto a redes de reciprocidade mormente calcadas em valores familiares. Nada mais natural que, em dadas situações, valores capitalistas coadjuvem face a valores pré-capitalistas. A isto voltaremos.

Tabela 2.: Razão para recorrer ao crédito familiar

	Confiança na família	Facilidade de acesso ao capital	Condições de pagamento	Total
#	14	15	5	34
%	41,18	44,12	14,7	100

**Fonte:** Banco de dados da pesquisa.

Endereçando nosso esforço de pesquisa para os indivíduos que prefeririam recorrer às suas famílias face a instituições financeiras caso necessitassem de recursos para abrirem seus negócios, percebe-se, com meridiana clareza, que o custo do capital pouco representa na racionalidade econômica desses indivíduos, donde apenas 14,7% dos entrevistados arrolaram o declínio do pagamento de juros/melhores condições de pagamento como razão primeira para se recorrer aos familiares. Por outro lado, confiança na família e facilidade de obtenção de capital – leia-se: a) evitar óbices atinentes às classificações de risco perpetradas pelas instituições creditícias para a concessão de crédito e, b) celeridade no acesso ao recurso – responderam por 85,30% dos motivos enunciados pelos entrevistados. Nesse ponto, poderíamos indagar o que exatamente significaria essa maior “confiança” familiar frente a sólidas instituições financeiras. O caminho para responder a tal indagação nos conduz, inexoravelmente, ao passado.

Nas sociedades de pré-industriais, a racionalidade econômica dos indivíduos era guiada, a rigor, pela noção de insegurança face às incertezas cotidianas. A título de exemplo, a morte de um patriarca inevitavelmente impelia a família a rever suas estratégias de vida sob risco de perecerem em virtude de um

sem número de motivos.<sup>58</sup> De igual sorte, guerras, más colheitas, doenças etc. encerravam fatores desestruturantes que ameaçavam a perenidade familiar. O anterior sugere que, diante de condições tão incertas de vida, urgia o estabelecimento de uma racionalidade orientada para mitigar semelhas vulnerabilidades pois, afinal, o que estava em jogo era a própria sobrevivência desses sujeitos. Para Giovanni Levi, o estabelecimento de laços de reciprocidade tinha por fito mitigar os riscos atrelados ao simples fato de se estar vivo em uma sociedade pré-industrial, com que então recorria-se às estruturas familiares, a mecanismos de caridade, a relações de clientelismo e a redes de amizade, de vínculos e de proteção.<sup>59</sup>

Em consideração ao anterior, e à luz dos valores de uma sociedade capitalista, resta claro o peso da tradição pré-industrial nas práticas culturais tocantes à racionalidade econômica dos indivíduos quando da tomada de decisão acerca da demanda por crédito para abrir seus negócios. A “confiança” familiar deita raízes na secular busca por segurança face às incertezas cotidianas. Confia-se que a família não irá, por exemplo, acionar o parente na justiça em caso de inadimplência, que não irá obrigá-lo a pagamentos mensais com valores pré-estabelecidos em situações de crise, que não adicionará seu nome ao Serviço de Proteção ao Crédito etc. A “confiança” denota, pois, dado grau de segurança, de previsibilidade, um instrumento capaz de mitigar os riscos e as incertezas inerentes a, por exemplo, abrir um negócio que, em última instância, visava a garantia da sobrevivência. *Mutatis mutandis*, em uma sociedade pré-industrial recorria-se à família com vistas a garantir a sobrevivência e, no que concerne ao escopo do corrente artigo, na sociedade capitalista entrerriense recorria-se a família para a obtenção de crédito pelos mesmos motivos. Denota-se, dessa forma, ecos costumeiros pré-industriais em uma sociedade capitalista.

No referente ao cotejamento das considerações enunciadas a partir do escrutínio das tabelas anteriores, não podemos prescindir de salientar que não

---

<sup>58</sup> Conforme Giovanni Levi, a morte do patriarca lançava a viúva a uma condição de vulnerabilidade social, podendo ter suas terras reivindicadas por parentes, por pretendentes e, mesmo, por seus filhos. Diante disso, por vezes era costume que o marido deixasse para a esposa condições de vida asseguradas em testamento. Cf. LEVI, Op. Cit., passim.

<sup>59</sup> Idem., notadamente capítulo 3.

estamos advogando que toda tomada de decisão acerca das estratégias de acesso ao crédito é caudatária da herança pré-industrial. Antes, envidamos esforços no sentido de identificarmos e analisarmos possíveis influências da lógica de funcionamento daquela sociedade na atual. Assim posto, não encerra contradição o fato de termos identificado que 47% dos entrevistados tenham compreendido ser mais racional pagar juros que imiscuir suas famílias em seus negócios. Conforme avançado, a complexidade imanente ao tema em apreço é uma resultante natural do processo histórico de formação do sistema capitalista e, como tal, apenas responde às mais variadas estratégias de ação firmadas pelos indivíduos. Para que bem se entenda, vale evocar quais são os pontos levados em consideração por Giovanni Levi para analisar a racionalidade dos atores sociais:

(...) as ambiguidades das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, a quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções.<sup>60</sup>

Assim posto, pela feita do estabelecimento de estratégias voltadas para aquisição de crédito, os indivíduos estudados estavam às voltas com ambiguidades de regras como, por exemplo, aquelas referentes ao comportamento social esperado pela família ao conceder crédito a um parente face aquelas estabelecidas por instituições financeiras. Indubitavelmente, essas instituições demandam o pagamento do passivo. Por outro lado, uma família poderia ou não impor a quitação do crédito ao parente. Nesse caso, tudo dependeria da natureza dos elos relacionais perpetrados para cada família. Contudo, no sistema judiciário brasileiro, não raro nos deparamos com casos de inadimplência cuja resultante acaba por diminuir em muito o montante devido ou mesmo seu não pagamento. Isso nos leva ao fato de se tomar decisões em uma situação de incerteza e face a uma quantidade limitada de informação. Sob pena de excessiva simplificação, podemos considerar, no mínimo, dois cenários de incerteza, mas com universos diferentes de informação disponível.

---

<sup>60</sup> Ibidem. p. 46.

No primeiro, teríamos uma incerteza atrelada à efetiva impossibilidade de prever a ação do familiar que emprestou o capital aliada à maior oferta de informação disponível sobre o provável comportamento desse parente. No segundo cenário, trabalhamos com a incerteza atinente ao sucesso ou insucesso do negócio a ser aberto frente à menor disponibilidade de informação quando comparada ao possível comportamento do familiar. Entendemos que esse pequeno esforço ensaístico oferta um cenário mínimo para aventarmos a complexidade da tomada de decisão pelo indivíduo no momento de se recorrer a sua família ou a uma instituição financeira para se capitalizar. Tanto uma, quanto outra, apresentariam diferentes níveis de incerteza e de disponibilidade de informação. Em nossa hipótese, indivíduos mais conservadores e mais orientados para a busca por segurança apresentaram uma racionalidade com maior viés pré-industrial. Esses recorreram (ou teriam recorrido caso necessário) às suas famílias. Por outro lado, indivíduos com maior apetite para o risco recorreram (ou teriam recorrido caso necessário) às instituições financeiras. Em essência, tratar-se-ia da “utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções”.<sup>61</sup> Por fim, gostaríamos de expor a tabela a seguir, que trata das formas de ajuda que familiares estenderam a seus parentes.

Tabela 3.: Formas de ajudar ofertadas por familiares

	Mão de obra	Empréstimo	Total
#	14	11	25
%	56	44	100

**Fonte:** Banco de dados da pesquisa.

A tabela anterior convalida, a nosso entender, a hipótese do atavismo de determinadas práticas das sociedades pré-industriais de Antigo Regime nas sociedades capitalistas, notadamente aquela sob escrutínio. Nesse sentido, os dados não deveriam, pois, causar espécie. Observa-se que 56% dos auxílios que familiares concederam a seus parentes se deram na forma de cessão de mão de obra, e não de forma pecuniária. E isso não é caudatário, exclusivamente, de uma possível falta de recursos financeiros. Compreendemos que essa prevalência responde à busca de sentimento comunhão, de proximidade, de entrega percebido

<sup>61</sup> Ibidem.

pelas pessoas. Dito de outra forma, o simples ato de se emprestar dada quantia não transmite a entrega, o esforço, a dedicação que transmite o fato de um familiar estar, diariamente, presente no auxílio a seu parente. Uma coisa é a entrega, fria, de certa soma financeira para ajudar na abertura de um negócio. Nesse cenário, o prestador apenas aguarda que o devedor lhe pague o devido. Essa reciprocidade é mais formal, mais característica das sociedades capitalistas. No segundo caso, majora-se o aspecto emocional, sentimental da ajuda prestada.

O ato de dar encerra um crédito social, um crédito cujo contra dom exige, por parte do receptor, muito mais para ser quitado, pois não o pode ser apenas transferindo uma quantia em dinheiro quiçá acrescida de juros. Denota-se uma adstrição extremamente forte entre os envolvidos. Para que o indivíduo ajudado consiga retribuir seu parente, ele deverá empreender um esforço social de tal monta que, ao final e ao cabo, acabará por estreitar os laços de reciprocidade que os unem, engendrando uma obrigação social que será acionada em caso de necessidade por ambas as partes. Nas sociedades pré-industriais de Antigo Regime, esse ciclo de reciprocidade creditícia social, conforme exposto anteriormente, era fulcral para garantir a sobrevivência em épocas de crise. Hoje, *mutatis mutandis*, temos o mesmo arquétipo. Não cabe dúvida, porém, de que a ajuda em forma de mão de obra igualmente mitiga questões financeiras. Por exemplo: muitas vezes, os pais trabalhavam no negócio dos filhos, suprimindo o pagamento de salários e demais encargos trabalhistas. Seja como for, estreita-se laços. O núcleo familiar se une para maximizar ao máximo possível suas chances de sobrevivência. Indubitavelmente, trata-se de um eco pré-industrial nas sociedades capitalistas contemporâneas.

## **Conclusão**

À guisa de conclusão, acreditamos estar escusados de retomar todos os argumentos aludidos e conclusões logradas no decurso do presente artigo. Importa, antes, sublinharmos um ponto em particular: os ecos costumeiros. Definimos por ecos costumeiros determinadas práticas culturais que, malgrado as contínuas e impactantes transformações pelas quais as sociedades passam no decurso do tempo, restam estruturantes do comportamento social dos indivíduos.

Um desses ecos é precisamente a prática de, ao menos na maioria das sociedades ocidentais, os parentes se unirem, quer em momento de crise, quer não, para buscar maximizar suas chances de sobrevivência. Antes da Revolução Industrial, semelhante prática era facilmente identificada nos esforços conjuntos de plantio, colheita, tarefas cotidianas etc. Com o passar do tempo, foram incorporadas outras variedades como, por exemplo, o estabelecimento de redes de reciprocidade sociais que eram postas a serviço do auxílio a parentes na obtenção de cargos, patentes, mercês, e uma série de serviços e ganhos imateriais que, de outro modo, restariam inalcançáveis ou demandariam esforços hercúleos por parte dos indivíduos.

Como advento da Revolução Industrial, ao abrigo do fato segundo o qual o *modus operandi* anterior não tenha sido completamente erradicado, o comportamento familiar caminhou no sentido de garantir as condições de o sujeito obter, por si só, sua sobrevivência, por exemplo, através de estudos. Porém, defendemos que as práticas anteriores ainda estão presentes nas sociedades atuais. E o estão, fundamentalmente, devido à característica humana de buscar, incessantemente, maximizar suas condições de sobrevivência. Conforme avançado, o sistema capitalista possui uma história, uma história que remonta às práticas culturais das sociedades pré-industriais. Em boa verdade, o sistema capitalista é caudatário dessas mesmas sociedades logo, nada mais natural do que a permanência de valores pré-industriais nas sociedades capitalistas atuais. Aqui, envidamos esforços no sentido de identificarmos alguns desses valores a partir do estudo das relações creditícias.

### **Bibliografia**

BARTH, Fredrik. **Process and social life**. Vol 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, Jun. 2014.

- BONELLI, Régis. O que causou o crescimento econômico no Brasil? *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 307-334.
- CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 116-140.
- \_\_\_\_\_. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.
- DELFIN NETTO, Antônio. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 225-257.
- EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). *In*: \_\_\_\_\_. et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166-195.
- \_\_\_\_\_. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). *In*: *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 2ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 197-238.
- GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade econômica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 69-92.
- \_\_\_\_\_. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1ª. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-115.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dívida**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

- MORA, Mônica. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, jan., 2015, p. 1-66.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-138.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- TALEB, Nicholas. **A lógica do Cisne Negro**. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2017.
- VILLELA, André. Dos 'anos dourados' de JK à crise não resolvida (1956-1963). *In*: GIAMBIAGI, Fábio et. al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 1<sup>a</sup>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 45-68.
- WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:  
Rua Raimundo Correa, n. 355  
36087-040  
Juiz de Fora - MG

Recebido: 25/03/2019  
Aprovado: 24/07/2019